

Dizer a sua palavra, escrever a sua história
Algumas ideias e alguns devaneios sobre a pesquisa e a
pesquisa participante desde o lugar onde sonham se encontrar
a antropologia e a educação popular

Carlos Rodrigues Brandão

Não somos o que somos. Somos o que nos tornamos para transformar quem somos. Em um Encontro em Bogotá, em junho de 2014 (agora, quando escrevo isto) alguém disse que estas palavras são de Eduardo Galeano

Primeiras palavras, primeiras histórias... memórias

Há um tempo em que se conta o tempo por meses. Vem em seguida um outro em que se conta o tempo por anos. Mais adiante, bem mais, vem um outro em que se conta o tempo por décadas. E há um outro em que se pode dizer; “há meio século eu...”

Este é o meu caso. Faz meio século e mais alguns anos que ingressei ao mesmo tempo na vida universitária e naquilo que naquele tempo jovens cristãos como eu dávamos o nome de “engajamento”. Algo que hoje é mais conhecido como “militância”. Há meio século e mais quatro anos eu estou envolvido com aquilo a que então chamávamos de “educação de base”, e que considerávamos como uma das vocações de um projeto político emancipatório (esta palavra não nos era comum então). Algo que envolvia de artistas a estudantes e que na esteira da primeira equipe de Paulo Freire demos o nome de “cultura popular”. E a algumas agremiações que sonhavam praticá-la, dávamos o nome de “movimento de cultura popular”.

A expressão hoje corriqueira: “educação popular” iria surgir entre nós anos mais tarde, como um dos campos de realização da cultura popular. Educação popular não aparece em *Pedagogia do Oprimido*, e a uma “educação bancária” Paulo Freire opunha a esperança de uma “educação libertadora”.

No *Movimento de Educação de Base*, por onde em 1963 ingressei no mundo militante da cultura e da educação popular, realizávamos “estudos de área” em algumas comunidades camponesas onde atuávamos. Era já uma modalidade de pesquisa de campo cujo destinatário não estava na academia, mas no intervalo entre nós e a comunidade investigada. No entanto isto a que atribuímos nomes como: “autodiagnóstico”, “pesquisa participante”, “pesquisa-ação”, “pesquisa ação participante” ou, em Espanhol “investigación-acción-participativa”, iria surgir entre nós entre os anos setenta.

Entre o estudante de psicologia e o professor de antropologia (e de outras áreas mais efêmeras em minha vida) vivi desde 1961 (estudante) e 1967

(professor) entre as duas margens de um mesmo rio. Ou será que na “terceira margem do rio”, segundo João Guimarães Rosa? Sigo até hoje atuando como um professor universitário. E nos últimos anos estive bem mais dedicado a programas de pós-graduação, trabalhando em seis universidades, inclusive a *Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)* de que me aposentei em 1997, seguindo como professor colaborador até hoje. E durante todos os anos entre 1963 e agora, estive sempre intensamente envolvido com atividades de educação popular (dentro da qual incluo a pesquisa participante), entre escritos, assessorias diretas a movimentos populares, e a participação em encontros, congressos e semelhantes, nos mais vários lugares do Brasil, da América Latina e até mesmo da Europa. E também entre as mais variadas instituições, de universidades ao MST e dele ao MEC.

Fui e sigo sempre um “homem entre fronteiras”. Sonhei ser piloto da força aérea e engenheiro florestal, formei-me em psicologia e sou antropólogo. Sendo um “homem de academia”, viajo para longe dela sempre que posso, entre pesquisas de campo (e foram muitas) e momentos de presença junto a grupos e movimentos populares. Aqui e ali esquecem o antropólogo e o professor universitário e em chamam de “educador popular”. E eu sempre aceito de bom grado esta identidade liminar que me acompanha há mais de meio século. No entanto, diante de uma pessoa que me pergunta: “o que você é”, ou no início de uma fala ampliada, mais do que tudo gosto de me apresentar como... “um professor”.

Sempre escrevi muito, entre a educação, a antropologia (camponeses, sertanejos, negros, atores populares de cultura) e a literatura. Quando fiquei velho (mas, quando é que se começa a “ficar”?) comecei a escrever livros de contos e poemas para jovens e crianças. A literatura me acompanha desde quando eu era um estudante de “fundo de sala de aulas”, e por muitos anos e entre alguns colégios cariocas, classificado como um “mau aluno”.

Assim, desde anos divido-me entre a pesquisa acadêmica de acordo com os padrões da antropologia, e a pesquisa participante junto a movimentos sociais populares. Nos últimos anos dediquei-me, junto com equipes de meus alunos pós-graduandos, a desenvolver o que tenho chamado de “pesquisa solidária”. São investigações de campo realizadas por equipes de professores e estudantes, compartilhando um tema comum. Nosso foco há mais de 20 anos tem sido as comunidades tradicionais do campo e do sertão. Há anos desenvolvemos pesquisas ao mesmo tempo pessoais e coletivamente interativas, dividindo por igual: poderes, ideias, responsabilidades e artigos. Pelo menos seis livros foram até agora editados como resultado de tais pesquisas, realizadas primeiro na *UNICAMP* e, depois, na *Universidade Federal de Uberlândia* e na *Universidade de Montes Claros*.

É desde este lugar de fronteiras que escrevo as observações a seguir. Elas são pessoais e vivenciais o bastante para que eu tenha resolvido descer a fundo inclusive em questões entre polêmicas e essenciais. Este é também o motivo pelo qual estão ausentes deste escrito-depoimento citações de autores e de

textos que em outros momentos me acompanharam, tanto desde a antropologia quanto desde a educação popular. Este deve ser considerado um escrito confidente e “em estado de rascunho”. Procurei não respeitar normas da ABNT.

O EU, o TU, o OUTRO, o NÓS, o ENTRE-NÓS – Lições desde Martin Buber

1ª. A palavra geradora não é um EU. E também não é um TU. As palavras EU e TU, sozinhas, são abstrações e não possuem uma realidade própria. A palavra geradora é a da relação EU-TU. Apenas no encontro entre um EU e um TU surge a relação que funda o humano.

Em minhas relações com OUTRO eu posso vive-lo em si-mesmo, na plenitude de seu próprio ser. E posso me colocar diante dele e para ele como um EU, na plenitude de meu ser. Posso, no entanto, objetivar o meu OUTRO como um ser de utilidade para mim. Como um ser não real em si-mesmo, mas como um ser tomado para mim. Neste caso eu transformo um TU em um ISSO. De igual maneira, ao assim fazer eu me torno um ISSO para ele. A relação livremente humana entre um EU-e-TU torna-se uma relação instrumental do tipo EU-ISSO, uma relação ISSO-TU, ou, mais ainda, uma ISSO-ISSO, no ato em que dois sujeitos diante do OUTRO são tornados objetos para o OUTRO.

Estas ideias são tomadas do livro *Eu e Tu*, de Martin Buber, a quem Paulo Freire se refere em *Pedagogia do Oprimido*. Buber foi essencial no pensamento de Paulo Freire. Ele escreveu outros livros, esquecidos por educadores e militantes. Um dele se chama *Sobre e educação* e, o outro, *Sobre a comunidade*. Ambos há anos publicados pela Editora Perspectiva.

2ª. Em sua inteira integridade o OUTRO não me pode ser jamais uma abstração. Entre seres humanos em interação a absoluta realidade do OUTRO se impõe a um MIM. O OUTRO é sempre absolutamente pessoal, interativo e concreto para MIM. Diante de MIM o rosto de um OUTRO é a realidade existencial absoluta e determinante de tudo o mais. Diante de MIM o rosto do OUTRO me impele a acolhê-lo, quem quer que ELE seja.

É a presença concreta de um OUTRO diante de MIM aquilo que funda não apenas a origem de todas as relações, mas, de igual maneira, funda a ética fundadora de todos os meus gestos, de todas as minhas intenções e ações.

Não que a presença absoluta de um OUTRO diante de MIM me constanja e obrigue a algo. Sendo esta uma relação fundadora absolutamente real, ela, vivida em sua plenitude, liberta o OUTRO diante de MIM e ME liberta diante de um OUTRO. A liberdade é o pleno reconhecimento do OUTRO diante de MIM.

Estas ideias são tomadas de diferentes escritos de Emmanuel Lévinas, um pensador judeu, como Martin Buber.

3ª. Diante de um OUTRO posso fazer a crítica de suas ações para COMIGO. Posso dizer a ele, como um sujeito pleno diante de MIM, de que forma afetiva e racionalmente uma ação sua me afetou. Posso avaliar suas ações,

posso sentir os seus gestos e posso criticar os seus efeitos. Mas de forma alguma não posso fazer o mesmo com o SER de sua PESSOA.

Este é um território humanamente sagrado, e avaliação alguma é aí procedente. Diante de um alguém que reconheço me haver feito um mal posso retornar a ele o sentimento ou a crítica que faço de seu gesto para comigo.

Mas de forma alguma posso partir da crítica de sua ação para dizer a ele: “você é mau”. Uma coisa é a crítica do gesto ou de uma ação, e ela pode impelir a um diálogo entre duas pessoas. Outra coisa é a avaliação invasora e invasiva do EU de uma pessoa. E ela conduz á submissão de um OUTRO a MIM, através da invasão minha de sua pessoalíssima interioridade.

Estas ideias são tomadas de escritos do biólogo e educador Humberto Maturana.

4ª. Quem quer que seja, qualquer pessoa é uma fonte original, única, insubstituível e irrepetível de suas próprias sensações e sensibilidades, e também de seus símbolos, sentidos de vida, significados de mundo, seus saberes e suas sociabilidades (sua capacidade de viver em um mundo social e de criar mundos de vida social).

Em uma pessoa, qualquer pessoa, reside a sua vida vivida, sentida e pensada. E em seu interior ela guarda tudo o que nela, para ela e através dela, constitui algo mais do que uma entre outras tantas identidades.

Todos os saberes-outros a respeito de uma pessoa podem ser, “racional e cientificamente”, mais complexos e convincentes do que os saberes e sentidos dela-para-ela-mesma. No entanto, todos os extra-saberes, ou saberes-exteriores sobre ela não possuem para-ela o mesmo valor que os seus-próprios. Porque nos saberes-outros não está presente a auto-vivida e auto-pensada configuração de sua própria vida, e de sua pessoal representação de sua própria vida. Há ocasiões em que um devaneio vale mais do que um conceito e um imaginário mais do que uma teoria.

Assim sendo, quando partilhamos o que somos e o que trazemos de vivido-sentido-e-pensado, estabelecemos relações com outros cujo ponto de partida deveria ser a diferença que nos qualifica, completamente isenta da desigualdade que nos desqualifica.

Somos únicos, diversos e diferentes. E é a partir deste reconhecimento que podemos partilhar sensações e sensibilidades, símbolos, sentidos, significados, saberes e sociabilidades, em e entre situações vividas a partir do reconhecimento do outro em sua inteireza e em suas diferenças partilháveis para comigo.

Estas situações podem ser chamadas de dialógicas. E o diálogo não é nelas, entre elas e através delas apenas um instrumento para a intercomunicação. O diálogo é, ao contrário, o motivo essencial e a razão de ser de toda e qualquer interação entre as pessoas. Ao criarmos entre EU e TU, um NÓS e, em seu interior ativo, um ENTRE-NÓS, como o campo humano das relações pessoa-pessoa, nós nos relacionamos não para combater, para convencer e para

converter, mas para aprendermos a mutuamente compreender e nos-compreendermos... a MIM, a TI, a NÓS. Sócrates foi condenado morte porque acreditava nisso e praticava isso. Os sofistas que o denunciaram somente são lembrados porque denunciaram Sócrates.

Estas ideias provém da corrente de pensamento conhecida como *personalismo*, tal como as leio em Emmanuel Mounier, em Maurice Nedoncélle, em Pierre Teilhard de Chardin e em Marcos Arruda, entre outros. E vem também de algumas correntes que frequento, entre a antropologia, a psicologia e a pedagogia. Lembro aqui um psicólogo: Carl Rogers, e um educador (entre tantos): Paulo Freire.

5ª. O mesmo que vale aqui no singular referente a uma pessoa, vale no plural que abarca um coletivo de pessoas, de uma comunidade ou de uma cultura. Qualquer que seja ela, toda a cultura humana - como realização de uma vida social - é em si mesma uma fonte original, única, insubstituível e irrepetível de si-mesma. Assim sendo, cada criação coletiva de um ENTRE-NÓS, tomado como uma entre tantas dimensões da vida social, apenas através de seus próprios símbolos, sentidos, significados e saberes pode ser pensada, conhecida, compreendida e interpretada.

Logo, toda a transposição de uma cultura para um sistema de símbolos, sentidos, significados, saberes, lógicas e teorias de uma outra, resulta em uma interpretação que, mesmo quando coerente e convincente desde o “meu ponto de vista”, nunca se realiza como uma compreensão completa, plena e totalizante de uma “outra cultura”. Ou como uma “cultura de outros”.

Narro uma estória que vale como uma história, Conta-se entre praticantes da antropologia que um antropólogo norte-americano realizou uma exaustiva e bem-intencionada investigação a respeito de um tribo indígena dos EUA. Possuía ele um amigo indígena desta tribo. Um índio letrado e com também formação acadêmica na “escola dos brancos”. O antropólogo pediu ao amigo índio que lesse com atenção o seu trabalho e o avaliasse. O jovem índio leu com cuidado e disse ao antropólogo palavras que recorro aqui de memória: “Veja, de seu ponto de vista e de acordo com os critérios de sua ciência eu nada tenho a reparar. Seu trabalho está perfeito. Agora, desde o ponto de vista de quem vive e pensa a nossa cultura, seu trabalho nada tem a ver com quem somos, como pensamos e como agimos para viver nossas vidas”.

6ª. Tornar opaca, invisível, inconsequente ou inexistente a diferença que nos une, e antepor em seu lugar a desigualdade, torna toda a possível relação EU-e-TU, fundadora de um dialógico ENTRE-NÓS, uma relação EU-e-ISSO, fundadora do monólogo, ou do poder ilegítimo e desumano de convencer, de converter, de calar e de impor. Uma ação colonizadora sobre o ser de um OUTRO, individual ou coletivo. Logo, uma ação possivelmente até mesmo capacitadora e instrumentalizadora, torna-se intrinsecamente anti-pedagógica, quando destinada de ensinar-*ao*-outro, ou ensinar-*o*-outro, sem abrir-se não

apenas à escuta do OUTRO, mas ao dialógico aprender-com-o-outro-a-quem-ensino... aprendendo.

Por (ilusoriamente) melhores que sejam as minhas intenções para com um OUTRO quando busco silenciá-lo para que ele me escute, eu saio do campo da interação dialógica e da mútua compreensão do ENTRE-NÓS. Afasto-me dele em direção à uma imposição monológica de silenciamento, de convencimento, de conversão de um outro a mim-mesmo. Saio do campo da comunicação entre diferentes igualados para o campo in-comunicação entre desiguais indiferenciados.

Martin Heidegger terá escrito isto em algum lugar (e seu escrito me chegou oralmente, através de um amigo): “compreendemos quando fazemos parte do que é compreendido”. Esta misteriosa sentença pode ser compreendida de diferentes maneiras. Prefiro pensá-la assim: “compreendo algo quando – qualquer que seja a minha compreensão – posso estabelecer um diálogo com aqueles que a seu modo compreenderam o que eu compreendi.

3. Não ser quem se é, nadificar, nadificar-se, tornar invisível, tornar-se invisível, calar

7ª. Certa feita Octávio Paz estava em um quarto de hotel. Em um dado momento ele ouviu um barulho alto no quarto ao lado. Alguém teria por certo derrubado algo pesado. Perguntou de seu lado da parede o que houve e quem estava ali. Recebeu do lado de lá da parede esta resposta de uma voz feminina, provavelmente de uma camareira: “não é ninguém, senhor, sou apenas eu”.

Esta frase deve ser redita em seu Espanhol original, dado o que virá a seguir: “no es nadie, señor, soy solo yo”. Diante deste fato Octávio Paz pensou o termo “nadificar”, e o seu derivado “nadificar-se”. Li isto diretamente em um livro de Octávio Paz, em uma biblioteca da cidade de Pátzcuaro, no México, onde vivi e estudei antes, no ano de 1966. Não tomei na ocasião nota do livro e da página.

8ª. “Escravos não possuem a sua pessoa”. Desde sociedades e culturas arcaicas, passando pela Grécia e o Império Romano, escravos, mulheres, homens, crianças, alguns adultos e velhos, aqui e ali não possuíam o estatuto de “uma pessoa”. Escravos eram “res”. Esta palavra latina significa “coisa”. Dela podemos extrair a palavra “coisificar” e a sua derivada “coisificar-se”. Podemos coloca-las ao lado de “nadificar” e de “nadificar-se”.

Pessoas humanas tornadas “coisa” sobreviveram no mundo durante milênios, séculos, e mesmo após o advento do cristianismo, e apesar de em suas origens ele ter recomendado aos senhores que os escravos fossem considerados como seres humanos e como tal tratados. Há uma passagem célebre em uma carta de Paulo, considerada por alguns como fundadora da ideia de pessoa em seu sentido atual.

Em diferentes territórios colonizados por cristãos, escravos provenientes da África foram literalmente tratados, utilizados e comercializados como “coisas vivas” e, como tal, incorporados aos bens materiais de seus “senhores”. Lembremos que apesar de fundarem uma nação livre na América do Norte, e estabelecerem os seus preceitos em uma carta que copiava boa parte dos preceitos na “Declaração dos Direitos Humanos”, derivada da Revolução Francesa, os “pais fundadores” dos Estados Unidos da América do Norte foram escravagistas. A liberdade dos escravos tardou, e realizou-se anos mais tarde à custa de uma guerra fratricida entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos da América do Norte.

9ª. Há um visível predomínio de micro-análises a respeito das contradições do mundo globalizado em que vivemos hoje. Entre Foucault e Bauman, existe um predomínio do teor político-econômico da realidade concreta e dos efeitos de colonização da sociedade dominada pela pluri-hegemonia do que temos (mais do que “eles”) chamado de “capitalismo neoliberal”.

Há, no entanto, um outro lado em toda esta multi-estudada e pluri-criticada compreensão científico-política do que ora denominamos “nosso mundo”, ora “a nossa sociedade”, seja ela uma nação, uma fração regional dela ou uma comunidade camponesa.

Na esfera em que nós nos movemos e dialogamos entre-nós, e com os outros a quem por dever de ofício, por vocação e/ou por militância nos dirigimos, existe uma outra esfera de efeitos da colonização hegemônica que importa considerar aqui.

Não existem mais oficialmente países que convivam com a escravidão. No entanto existe vigente na Organização das Nações Unidas um “alto comissariado” para questões de trabalho forçado e escravidão em pleno século XXI.

Convivemos ainda hoje e por toda a parte com pessoas, famílias e grupos humanos mais extensos, submetidos aberta ou simuladamente a situações de escravidão imposta. Submetidos a vidas atreladas a uma servidão forçada, a condições humanamente indignas de vida e de trabalho, à humilhação, ao silenciamento, à opacidade da pessoa, enfim, à invisibilidade, à coisificação, à nadificação.

Essas pessoas em configurações como as da América Latina não são a exceção. São a norma. Não constituem estatisticamente uma “pequena minoria”. São as grandes e despersonalizadas minorias. São, em não poucas situações, maiorias estatísticas e humanas (ou infra-humanas) de pessoas como nós.

Pessoas obrigadas ao silêncio, sobretudo quando diante de outras que não os seus-outros. Pessoas a quem, em termos de Paulo Freire, foi negado o direito humano de “dizer a sua palavra”. Pessoas a quem, em termos de Orlando Fals Borda, foi negado o direito social de “escrever a sua história”. Pessoas

condenadas à cabeça baixa diante de outros... “superiores”. Pessoas que ademais da pobreza econômica e da marginalidade social, convivem cotidianamente com diferentes modalidades de humilhação social por serem “os pobres”. Por apenas serem outras-pessoas-que-não-nós. E, não raro, sequer como “pessoas” são consideradas por aqueles que se arvoram do direito de estabelecer diferenças e desigualdades entre os seres humanos.

10^a. Acredito haver sido em nome dos deserdados da terra, dos silenciados da palavra, dos esquecidos da história, dos “populares” das culturas que entre os anos sessenta e os setenta ajudamos a “mostrar a sua cara”, que por toda a América Latina e o Caribe surgiram iniciativas, experiências alternativas, focos de resistência e luta aos quais podemos atribuir nomes como: *movimentos sociais populares, educação popular, teologia da libertação, pesquisa participante*.

É no intervalo entre minhas vivências como antropólogo e pesquisador de campo desde a academia, e também como educador popular e acompanhante de pesquisas participantes, que desfilo alguns devaneios e algumas reflexões não muito ortodoxas escritas desta linha em diante.

4. Da terapia à educação, de ambas ao ofício de investigar

11^a. Podemos recomeçar pensando a terapia. Afinal, a minha origem acadêmica é a psicologia. Que por um momento sigamos aqui um pequeno segredo que alguns camponeses e alguns professores meus me ensinaram um dia: quando você for pensar um tema de pesquisa, comece por pensá-lo fora do campo específico dele. Assim sendo eu começo lembrando que originalmente, na Escola de Alexandria do século I de nossa era, entre Filon e outros terapeutas, a palavra *terapia* significava: “o cuidado do ser”.

Simplifiquemos. Suponhamos que uma pessoa de repente se reconheça enferma. Entre médicos e magos ela pode buscar para a sua cura uma pluralidade hoje enorme de alternativas.

Fiquemos apenas com algumas. Ela pode procurar um jovem médico alopata em uma “clínica de última geração” em termos de aparelhagem. Ele provavelmente mal tocará no corpo da pessoa enferma. Fará algumas perguntas breves e de praxe, e pedirá uma variedade de exames, entre clínicos e radiológicos. A pessoa enferma poderá procurar um médico “mais antigo”. Ele provavelmente procederá a um detalhado exame de seu corpo nos locais onde estaria localizada a fonte da enfermidade. Ele fará uma anamnese clínica bastante demorada, e pedirá apenas alguns poucos exames complementares.

A mesma pessoa poderá procurar um médico homeopata. A consulta poderá tardar mais de hora e meia. O médico fará uma imensa e estranha série de perguntas, não apenas sobre os sintomas e as sensações da enfermidade, mas sobre vários outros dados e informes a respeito do corpo, da mente e dos hábitos da pessoa enferma. Fará um exame físico em apenas pouca coisa

semelhante ao do cuidadoso médico alopata. Dificilmente pedirá exames clínicos. Receitará remédios, e dirá que um acompanhamento ao longo de meses será indispensável.

Pode ser que a pessoa procure o terapeuta de medicina chinesa que certa feita atendeu a uma amiga minha em São Paulo. Seu exame físico foi detalhado, mas em nada semelhante ao dos outros terapeutas. Ele demorou largo tempo em “escutar” o pulso de minha amiga. Examinou detalhes de suas mãos e unhas. Observou com atenção e uma lente a sua íris do olho direito. E realizou com ela um inventário exaustivo, que ia do mais evidente em sua vida, até os mínimos hábitos cotidianos, entre a mesa, a cama e o banheiro.

Mais do que isto – e por isto o preço da consulta terá sido alto – ele marcou uma visita à casa de minha amiga. Passou uma quase manhã lá. Inventariou sua cozinha, os tipos de panelas, os alimentos dentro e fora da geladeira, e os temperos. Foi ao quarto e examinou a posição da cama, a qualidade do colchão e do travesseiro, ademais das cobertas, especialmente o cobertor. Perguntou por ventos, frios e calores na casa e as posições do sol durante o dia. Foi ao banheiro, examinou-o com cuidado e fez perguntas embaraçosas sobre o que ela fazia “ali”, e sobre o que fazia na cama, sozinha ou acompanhada. Em um retorno no dia seguinte o terapeuta chinês fez um resumo de tudo o que observara. Escreveu recomendações que iam do travesseiro e da posição da cama no quarto aos alimentos e temperos. Recomendou práticas de exercícios (orientais de preferência) e, finalmente, receitou dois remédios chineses. Um retorno para dois meses foi agendado.

Entre uns e outros, uma pessoa enferma poderá buscar ajuda terapêutica em um leque de escolhas bastante maior do que o sugerido aqui. Cada uma a seu modo e em seus termos, é provável que todas, ou pelo menos algumas destas terapias “ajudem a pessoa enferma”. Acreditemos que uma ou outra logrem curá-la inteiramente de seu mal.

No entanto, se as pensamos como momentos e campos de relacionamentos entre pessoas, podemos acreditar que na primeira situação mal o médico tem diante de si um alguém, um TU. Terá frente a si um cliente, um conjunto de sintomas a explorar, um caso clínico a resolver. Talvez apenas da segunda situação em diante e, mais ainda, da terceira para a frente, duas pessoas interagem como pessoas.

É quando para o terapeuta um alguém não é representado através de dados a estudar e de sintomas a decifrar. Ele é vivido como um ser que somente através de um diálogo – mesmo entre dialogantes situados em posições desiguais – partilha reciprocidades que vão do reconhecimento do corpo a uma troca de palavras em que de um lado e do outro o que se busca é chegar a um saber que, vindo do cliente ao terapeuta, é devolvido ao cliente como um com-saber que acolhe... e cura.

12^a. No campo da psicoterapia algumas diferenças que estarão mais próximas do lugar até onde espero chegar neste escrito, talvez sejam melhor

esclarecedoras. Uma pessoa que se reconheça em um estado de desequilíbrio de si-mesma pode ter também diante de si um leque talvez ainda mais amplo de escolhas. Fiquemos com três.

Ela poderá procurar um psicólogo comportamental. A ele a pessoa-que-sofre poderá aparecer como um caso clínico classificável de antemão. Uma bateria de testes impessoais seguiria uma conversa breve e centrada em uma coleta de informes de teor externamente comportamental. Da leitura dos “dados dos testes” um tratamento dirigido apenas a uma possível “cura dos sintomas” poderá ser recomendada.

Ora, a mesma pessoa poderá procurar um psicoterapeuta a quem importa não exterioridade mensurável dos sintomas de comportamento, mas a qualidade do que interiormente aquela pessoa vive e, através de conversas abertas de parte-a-parte espera-se que seja possível desvelar. Longas sessões de conversas olhos-nos-olhos, isentas de testes e mensurações, serão então necessárias.

E o terapeuta, um homem especializado em aconselhamento psicológico, com base em algo bastante além de testes e buscas de sintomas, poderá de maneira bem mais pessoalizada ouvir confidências (e silêncios); poderá dizer palavras e buscar sentidos e orientações que ajudem a pessoa-que-sofre a superar o que lhe causa o sofrimento.

Se esta mesma pessoa buscar um psicólogo não-diretivo, um passo além na qualidade das interações entre os dois certamente ocorrerá. À diferença do segundo e muito além do primeiro, o terapeuta partirá do suposto de que tudo o que há para ser desvelado, esclarecido, tornado consciente e assumido, não partirá dele e de seus sábios conselhos.

Toda a conversa entre um e a outra será dirigida a que o terapeuta apenas ajude a pessoa-que-sofre a entrar dentro de si-mesma. A mergulhar em seus mistérios; a conviver com os seus silêncios e segredos; a buscar entre suas sensações, emoções, saberes e significados tudo aquilo que importa saber e revivenciar.

E é esta “tomada pessoal de consciência” aquilo que poderá desaguar, no todo ou em parte, em uma desejada cura. Ou pelo menos em um conhecimento de si-mesmo que somente é verdadeiro, fecundo e eficaz, se brotar de dentro-para-fora. Se emergir da pessoa para ela-mesma. Isto através da um terapeuta que nada descobre, nada desvela, nada teoriza, mas apenas cria as condições para que o outro não apenas saiba o que sente, mais sinta em profundidade o que sabe. E isto somente a própria pessoa pode alcançar.

13^a. Se pudermos pensar não apenas a relação entre um terapeuta do corpo ou do espírito (ou de um e outro) e uma pessoa, mas também um relacionamento entre um alguém que desde a pesquisa científica investiga corpos, mentes e espíritos, poderemos percorrer um caminho semelhante.

Um cientista experimental poderá aplicar testes objetivos, fazer medições e obter dados de um conjunto de “objetos de pesquisa”, numa relação em que a

impessoalidade e o anonimato serão apresentados como a garantia da objetividade do procedimento e da proteção dos investigados. O que é “meu”, como um sentimento, uma ideia, uma maneira de ser, ou o que seja e venha a ser um tema ou questão de pesquisa, e foi a outros “revelado”, torna-se uma equação de dados somados a outros igualmente impessoalizados e anônimos. Cifras, “resultados” e saberes que coletivamente tornados uma estatística, e como tal analisados, resultam em um saber científico “deles” a nosso ou a meu respeito. Se acaso me for facultado ler o “relatório da pesquisa” lograrei saber em abstrato algo de mim em que, coletivizado, o meu-eu desapareceu, ou se tornou impessoalmente opaco o bastante para poder ser... analisado.

Ora, em uma relação de pesquisa segundo um padrão mais “clínico”, a qualidade da interação é diversa, ainda que do meio do caminho em diante algo de igual impessoalidade venha a aproximar um procedimento do outro.

Um cientista poderá tornar pessoal a relação e, assim, também o processo de suas interações com os seus “objetos de pesquisa”, a um passo de um lado e do outro, todos se tornarem “sujeitos” na relação. A própria indicação de anonimato poderá ser negociada de um lado e do outro, e é bastante provável que ao invés de “dados estatísticos” o pesquisador lide com “casos” entre os quais – com o seu nome próprio ou com um outro, inventado – a “pessoa do sujeito” não desapareça.

Se o que uma mulher revelou como os seus sentimentos e saberes através de sua fala, e segundo a sua lógica resulta em algo incompreensível para ela própria, estaremos diante de uma situação em que aquela que sente o que se deseja saber termina por não conhecer o saber do que ela própria sentiu. Isto quando os seus sentimentos e saberes, ao lado dos de outras pessoas submetidas ao mesmo procedimento, acaba sendo transformado em um documento que, para ser científico, precisa tornar-se incompreensível – no todo ou em parte – justamente para e pelas pessoas que tornaram possível aquele saber-de-ciência. Quem se fez presente no processo da pesquisa não se encontra e nem se reconhece no seu produto final.

Este procedimento usual em pesquisas de alguns campos da psicologia e da psicanálise é totalmente diverso de procedimentos clínicos das diversas terapias não-diretivas. Aquelas em que, vimos, o terapeuta (o cuidador do ser-da-pessoa) torna-se algo como um espelho. E então ele objetiva-se ao limite, com o propósito de proporcionar a quem ele tem diante-de-si o subjetivar-se ao máximo, a ponto de transformar-se, ele mesmo, no próprio agente ativo de uma desejada descoberta-de-si-mesmo.

Lembre Sócrates linhas acima, Recordo aqui a “maiêutica”, como o método socrático destinado a ensinar não “a filosofia” a outros, mas co-ensinar os outros a filosofarem. Pela trilha dela estaremos diante de um procedimento em que, através de um diálogo crescentemente questionador e acreditado desde dentro-de-si-mesmo, como um processo interior de anamnese – de recordação do que estava-em-mim-e-eu-esqueci - quem pergunta e reflete-com, e quem

reflete e responde-a, encontram juntos um sentido, um significado, ou uma verdade que buscavam juntos.

Acredito ser de Kant uma sentença que pode ser escrita mais ou menos assim: “não podemos ensinar aos outros a filosofia. Podemos apenas ensinar a filosofar”.

14^a. Se naveguei longo tempo por campos da terapia médica e da psicologia, é porque acredito que algo muito semelhante acontece também – entre o passado e o presente – no território da educação. E assim também no complexo e contraditório território das buscas de dados, de fatos, de informes, de memórias, de histórias, de narrativas, de versões sobre isto e aquilo que conduzem algumas pessoas à prática de algo a que damos nomes como “pesquisa” ou “investigação”, tanto no interior quanto também fora do mundo dos mais diversos campos e das mais diferentes vocações não apenas das ciências, mas também de outras áreas do saber e do sentido, como as artes.

Como logo a seguir sairei do mundo científico-militante da pesquisa para o das artes, quero lembrar que em algum momento de sua magistral aula-magna, proferida no Collège de France, quando assumiu a cadeira de semiologia literária, em algum momento Roland Barthes sugere o que me parece a mais simples e clarividente definição de... pesquisa. É quando, dirigindo-se a quem educa, ele diz: “Há uma idade em que se ensina o que se sabe, Mas vem a seguir uma outra em que se ensina o que não se sabe. Isto é pesquisar”. A sua aula está publicada em Português como este nome “Aula” e a citação está em alguma página do começo.

Alguns escritores de romances que desde há anos eu me acostumei a ler e reler, procederam como investigadores de histórias passadas ou situações do presente, para escreverem alguns ou todos os seus livros. Assim procedeu João Guimarães Rosa para escrever *Grande sertão: veredas*. Ele viajou dias e dias a cavalo com vaqueiros dos sertões de Minas Gerais e suas anotações de campo foram recentemente publicadas.

Para escrever *Memórias de Adriano* Marguerite Yourcenar pesquisou documentos longamente. Recomendo ler o seu relato ao final do livro.

Humberto Eco procedeu de igual maneira para escrever *O nome da rosa*. E ele publicou um pequeno livro em que relata como pesquisou para escrever um romance. Vargas Llosa veio ao Brasil e foi aos sertões da Bahia para pesquisar nas fontes originais o que foi a sangrenta “Guerra de Canudos”, antes de *A guerra do fim do mundo*. Como terá procedido Gabriel Garcia Marques para escrever *Cem anos de solidão*?

15^a. De um modo ou de outro, entre pesquisas “puras” (se é que elas existem), “científicas”, “cientificistas”, “aplicadas”, “sociais”, “críticas”, ou “participantes”, toda a investigação que envolve outros-que-não-eu é, em princípio, uma invasão. Qualquer que seja o seu propósito, toda investigação

invade alguma porção do território de um coletivo de pessoas, ou a individualidade de uma pessoa.

E quanto mais “profunda”, quando mais uma investigação busca fatos e não apenas dados, e procura narrativas (memórias, ideologias, imaginários, confidências, etc.) de um outro ou de outros, tanto mais ela tende a tornar-se mais invasiva.

Este será um dos motivos pelos quais a ciência que eu pratico, a antropologia, encontra-se neste momento crítico de sua “pós-modernidade”, em uma franca crise-de-si-mesma. Um questionamento que tornou-se mais agudo quando nações e culturas antes investigadas por antropólogos “centrais” (Europa e Estados Unidos da América) começaram a ser questionados por antropólogos “periféricos” (Índia, África do Sul, Palestina, América do Sul).

Esta crise é não apenas científica ou epistemológica, entre as diversas tendências teóricas. Ela é também pessoal, interpessoal. E é, ética, estética e eroticamente interativa. E interativamente política.

Uma antropologia perspectivista nos recorda a impossibilidade de traduzir o âmago de traduzirmos uma cultura indígena nos termos das nossas. Uma antropologia reversa avança a proposta de que agora os outros, “eles”, os até aqui “objetos” de nossas investigações venham a ser aqueles que venham as nos investigar e a nos traduzir nos termos de suas culturas. Se viéssemos a saber criar diálogos entre igualdades-diferentes pluri-pesquisas, multi-compreensões-do-outro, talvez pudéssemos chegar então a um salto de qualidade imenso não mais na apenas compreensão “deles”, mas na compreensão de nós-mesmos através “deles” juntamente com compressões “nossas” a respeito deles... e de nós mesmos.

5. A visita de um outro – Carl Rogers

16º. A partir desta linha retomo alguns escritos meus anteriores. E o faço na medida em que eles me parecem escritos em franco diálogo com as idéias que nos acompanharam até aqui.

E quero começar com propostas não minhas, mas do psicólogo Carl Rogers, cujo nome apareceu páginas acima. Em um momento em que há anos e anos atrás ele questionava as dominantes abordagens “quantitativas-neutras-objetivas, enfim, cientificistas da psicologia de seu tempo, ele formulou uma série de ousadias que, naqueles tempos, ele constituiriam como base de uma investigação de teor mais dialógico, humanista e humanizador.

Quero trazer aqui, em uma longa citação literal, um depoimento de um psicólogo. Eu o li muito nos anos sessenta e aprendo com ele até hoje. Gostei de haver encontrado, tantos anos depois – pois foi em junho deste ano - um texto em que Carl Rogers fala sobre os seus pontos de vista a respeito do trabalho do investigador. Ele diz o que listo aqui no último item de um artigo intitulado: *algumas reflexões referentes aos pressupostos atuais das ciências do*

comportamento. O item tem este nome: *algumas mudanças possíveis nas ciências do comportamento*. Leiamos juntos.

Encerrarei aqui meus comentários. Pode parecer que as afirmações que fiz sobre o conhecimento e a ciência, e sobre as ciências do comportamento em particular, acrescentem muito pouco às nossas concepções atuais. Contudo, gostaria de mencionar alguns dos resultados que tal visão da ciência pode ter, especialmente se transmitida a nossos estudantes universitários e às pessoas mais jovens da área.

1. *Tentaria abolir o temor da especulação subjetiva criadora. Ao conversar com estudantes de Psicologia, percebo que este temor é muito profundo. Ele os afasta de qualquer descoberta importante. Ficariam chocados com os escritos de Kepler em sua busca mística e fantasiosa de semelhanças e padrões na natureza; não são capazes de reconhecer que, frequentemente, é desta especulação fantástica que surge a verdadeira ciência. Como diz Bronowski: “as analogias pelas quais Kepler tentou ouvir o movimento dos planetas e a música das esferas são, para nós, forçadas, Mas serão elas mais artificiais do que o fantástico vôo de imaginação através do qual Rutherford e Bohr encontraram um modelo para o átomo, dentre todos os lugares possíveis, no sistema planetário?”. Estamos desesperadamente necessitados de um curso sobre “como cuidar e nutrir idéias recém-nascidas”. Em nosso desejo de ser rigorosos, muito frequentemente estrangulamos a idéia recém-nascida, ao invés de criar condições para seu crescimento e desenvolvimento.*

2. *Colocaria ênfase no comprometimento disciplinado, no comprometimento pessoal disciplinado, não na metodologia. Seria uma ênfase muito saudável às ciências do comportamento se pudéssemos admitir que o descobrimento e a criação de novos conhecimentos resultam da dedicação pessoal do indivíduo disciplinado e de mente aberta à sua pesquisa. Nenhum artifício de laboratório ou método estatístico pode fazer isto.*

3. *Acabaria com muitos “deves” na seleção de hipóteses. Por exemplo, está profundamente inculcado na maioria dos cientistas do comportamento que “devemos” nos preocupar apenas com os fatores observáveis no comportamento. Até recentemente, isto tendeu a inibir o trabalho relacionado com sonhos, fantasias, com o pensamento criativo. Isto fez da maioria dos psicólogos, cientistas de pequeno calibre, ocupados apenas com os mais simples problemas da ciência do homem.*

4. *Deixaria o campo livre ao pensamento fenomenológico, na ciência do comportamento, ao nosso esforço para compreender o homem, e talvez*

mesmo os animais a partir de dentro. Reconheceria que nenhum tipo de hipótese tem qualquer virtude especial para a ciência, salvo apenas em seu relacionamento com o padrão significativo que exista no universo. Desta forma, uma hipótese baseada na fenomenologia teria um lugar nas ciências do comportamento, tal como uma hipótese baseada na química, na genética ou no comportamento. Desenvolveríamos uma ciência mais ampla.

5. Acabaria com aquelas hipóteses que são escolhidas apenas porque existem meios de medir as variáveis envolvidas.

6. Colocaria em seu devido lugar a maquinaria da comprovação, a maquinaria da verificação empírica de hipóteses. O método não ocuparia o lugar tão central como núcleo da ciência do comportamento.

7. Colocaria ênfase na intenção e não apenas da significância estatística segundo critérios rigorosos.

8. De um modo mais geral, se a imagem da ciência que tentei sugerir tivesse uma aceitação global em nosso campo, daria uma nova dignidade à ciência do homem e ao cientista que se dedica a este estudo. Não permitiria que se esquecesse que o cientista é um ser humano, fazendo-nos reconhecer que a ciência é, nada mais, do que o prolongamento de seres humanos dedicados.

9. E, talvez, mais importante do que tudo o que foi dito, conservaria o objeto das investigações das ciências do comportamento considerado como um ser humano com sua subjetividade, e não meramente uma máquina, não simplesmente como um objeto ou uma sequência determinada de causa e efeito. Não teríamos receio de encarar o homem como um ser humano real (nas palavras de Kierkegaard) com mais para a sua vida do que pode ser condensado em um modelo mecânico. Receio que, a menos que possamos caminhar nesta direção, as ciências do comportamento tenham condições de virem a se tornar uma ameaça maior e mais devastadora para a sociedade do que foram as ciências físicas.

6. alguns passos de auto e de mútuo reconhecimento

A seguir transcrevo algumas idéias derivadas em que finalmente falo a respeito da *pesquisa participante* de uma forma mais clara e declarada. Quando penso sobre isto e revejo os meus próprios passos, tendo a acreditar que estamos vivendo agora uma passagem, um trânsito entre modelos do conhecer-o-outro, que sintetizo da seguinte maneira:

1º passo – *uma nova relação da pessoa-que-conhece com ela própria.*

A adoção de alternativas qualitativas, de métodos fundados em escolhas intersubjetivas, de processos de pesquisa científica fundados na interação entre sujeitos, de que a *observação participante* é um bom espelho. Ela não representa o resultado acadêmico de inovações epistemológicas, ligadas apenas a inovações nas teorias e metodologias do conhecimento. Ela partilha uma extraordinária convergência de pontos de vista sobre afinal quem somos nós, os seres humanos. Quem somos e como pensamos, sentimos, nos relacionamos e vivemos. Representa toda uma imensa questão existencial. Trabalha sobre um drama vivencial, relacional e afetivamente interpessoal, e não apenas uma questão científica, teórica e metodológica.

Não representa somente um novo método fenomenológico, qualitativo, interativo-subjetivante. Ela pretende instaurar uma outra compreensão a respeito de nós mesmos como seres da vida e como sujeitos do conhecimento. Algo que nos desafia a tornar afinal possível a emergência de outros métodos e outras ferramentas de trabalho científico e pedagógico. Somos pessoas e pensadores confiáveis, não porque sonhamos, imaginamos, devaneamos, pensamos, dialogamos, transgredimos e ultrapassamos limites. Somos confiáveis não apenas em nossas mentes racionais, mas no todo sensiente-pensante de nós mesmos, porque sentimos e pensamos, imaginamos e devaneamos, saltamos objetivamente.

Um método científico é uma seta entre outras apontando um caminho entre outros. As técnicas de pesquisa e os procedimentos experimentais são o calçado que eu uso e o bastão que eu carrego ao caminha. Mas quem caminha pelo conhecimento sou eu, uma pessoa, e o caminho por eu vou, bem sei, não é nunca único. Há em qualquer domínio do real dimensões fronteiras, desconfiamos dos saberes consagrados, dialogamos e transgredimos.

Todo o conhecimento objetivo é um saber que passa objetivamente em e através de uma subjetividade. Toda a neutralidade da ciência vive no interior do desejo de ser verdadeiro em uma pessoa, mais do que dentro da redoma do artifício de método interposto entre ela e o-que-ela-conhece, e as conexões entre partes constitutivas e entre elas e o todo que as constitui sempre muito mais densas e mais profundas do que a “objetividade dos dados” pode alcançar. E o que ela não alcança é justamente aquilo que a minha séria e dedicada (nos termos de Rogers) imaginação deve ousar compreender.

2º. passo: *uma nova relação entre pessoas que conhecem.*

Posso lembrar de memória que um dia vi um dia escrita em algum lugar esta frase atribuída a Jean Piaget (espero que seja dele): “eu não acredito em pesquisa solitária; eu acredito em pesquisa solidária”. O que remete a uma frase de música de Milton Nascimento, da qual também não tenho indicações precisas, creiam. Ele diz assim: “o solitário não gosta da solidão”.

Fui inicialmente, como estudante de psicologia, treinado em estilos de pesquisa muito rigorosos e muito solitários. Cada um de estava enfiado na sua “experiência de pesquisa” por conta própria. De um lado eu e meu orientador (quando havia um); de outro, os meus objetos de pesquisa. Quando trabalhávamos em equipes elas eram arranjos de pesquisadores solidários dentro de um amplo projeto com alguns temas e momentos comuns, ou envolviam grupos bem hierarquizados de investigadores.

Um pouco mais adiante, e mais nos movimentos de cultura popular do que no âmbito da universidade, comecei a aprender a conviver com equipes onde as desigualdades objetivas de posições iam sendo substituídas por diferenças interativas de vocações. Estávamos ainda algo longe da *pesquisa participante*, mas já a caminho dela. Mesmo quando havia (e quase sempre havia) um alguém mais qualificado, a figura de um “círculo de cultura” entre educadores-investigadores era nossa melhor fotografia. Começamos a constituir pequenas ou médias equipes de pessoas devotadas aos mesmos propósitos. Dissolvíamos as desigualdades de conhecimento e trabalhávamos buscando um máximo de “escuta do outro”, quem-quer que ele fosse. Dividíamos tarefas, mas procurávamos respeitar o princípio de que os momentos e as questões essenciais fossem partilhados por todas e todos da equipe.

Entre a *dinâmica de grupo* trazida a nós por educadores como Lauro de Oliveira Lima e os *círculos de cultura* de Paulo Freire, começamos a estabelecer entre nós unidades de aprendizagem solidária e de co-criação de conhecimentos, que um pouco mais tarde estenderíamos aos limites de um “outro ampliado” através da *pesquisa participante*. O princípio desta passagem da *pesquisa solitária* ou de grupos hierarquizados para a *pesquisa solidária* da equipe entre diferentes vocações pessoais frente aos objetivos comuns, era uma espécie de extensão das idéias sugeridas por Carl Rogers.

Vivíamos então o alvorecer do tempo em que entre a física e a filosofia descobríamos que a ciência está passando de ser uma experiência objetivamente controlável e analítica em busca de regularidades únicas e leis definitivas, para uma aventura motivada e multi-cênica do espírito humano em busca de múltiplos significados de compreensão das interações e integrações de campos interconectados do real. Entre marxistas, humanistas cristãos e fenomenólogos, aprendemos a desconfiar de ciências únicas, de teorias únicas e de versões únicas (ou as mais verdadeiras) dentro de uma teoria. Continuamos desconfiando, e agora com mais razões.

Principalmente no caso das ciências humanas e sociais, tudo o que temos a colocar à volta da mesa de um diálogo inacabável, são diferente e dialogantes “leituras-de-leituras” de frações menores ou maiores de alguma dimensão do “todo do real”. Mesmo diante dos mesmos dados objetivos de uma quantificação bem realizada a respeito de um tema bastante restrito, como: “a relação entre nível econômico da família e o rendimento de meninas e meninos de 5^a a 8^a série nas escolas de uma rede pública municipal”, várias leituras e várias interpretações pessoais ou de grupos de pessoas de uma mesma equipe de

educadoras são possíveis. Possíveis e desejáveis. Seja devido a uma escolha pessoal de uma teoria pedagógica ou de antropologia social, seja (e sempre é) por causa de uma maneira individualizada de se compreender e interpretar o que “se lê do real”, o que temos para viver como conhecimento científico em qualquer campo do saber são visões, interpretações, compreensões, atribuições pessoais/coletivas de significados.

E o que torna interessante viver uma pesquisa e partilha-la com outras, é a diferença nelas e entre elas. Diferença que pode mesmo ser a divergência de pontos de vista e de posições de leitura crítica, mesmo quando haja um enorme desejo de se chegar a “pontos e conclusões comuns”. Se estas idéias são confiáveis, pelo menos como um ponto de partida, então a experiência do trabalho científico através de equipes solidárias de criação partilhada do conhecimento tenderá cada vez menos uma exceção. E isto vale até mesmo para os cenários mais acadêmicos.

No Brasil e em outros países as instituições financiadoras de projetos de pesquisa cada vez mais privilegiam os “projetos integrados”, as “pesquisas temáticas” onde equipes de pessoas com vários níveis acadêmicos partilham um diferenciado trabalho comum de investigação. Elas realizam uma experiência bem mais próxima do que estarei chamando neste livro de *participação pesquisante*, do que de formas assumidas e completas de algum estilo de *pesquisa participante*.

Estarei defendendo aqui o fato de que cada modalidade de prática de criação partilhada de conhecimentos através da pesquisa no trabalho docente realiza uma dimensão de trabalho ao mesmo tempo científico e pedagógico com um valor em si mesmo. Não acredito na radicalidade que o modelo mais acabado e mais consequente, desde um ponto de vista político, seja unicamente o de uma alternativa de *pesquisa participante*. Prefiro acreditar que em um horizonte mais amplo e generoso ela dialoga com outras alternativas dialogantes de partilhas na criação de conhecimentos.

3º. passo: *uma nova relação entre pessoas que conhecem, pessoas através de quem conhecem o que conhecem e a realidade que umas e outras aprendem a conhecer e reconhecer . Este bem poderia ser um outro nome, mais descritivo e complicado para aquilo a que temos chamado aqui e ali de: autodiagnóstico, pesquisa participante, pesquisa-ação, investigação-ação-participativa, pesquisa-ação-participante.*

Acredito que a *pesquisa participante* nasce do reconhecimento de um absurdo. Ora, porque não quebrar de uma vez a barreira que separa a pessoa e/ou a equipe erudita de pesquisadores de uma realidade social *versus* as pessoas e grupos humanos que vivem e criam com as suas interações sociais esta realidade a ser conhecida? Porque não chegar a esta última ruptura com a oposição sujeito-objeto na pesquisa social, se até mesmo os físicos se descobrem uma subjetividade por detrás dos aparelhos e se abrem a um diálogo em direção a uma crescente intercomunicação entre subjetividades diferentes em busca da

comunicação possível, com as estrelas, os planetas e a ordem cósmica do universo?

Se com a *pesquisa qualitativa* aprendemos que nós próprios, pessoas humanas que investigam, somos confiáveis e não precisamos nos armar de falsos artificios metodológicos, com a *pesquisa participante* aprendemos a acreditar que o OUTRO, aquele a quem dirigimos a “nossa pesquisa” é, por igual, também confiável. Assim, mais do que “aquele que investigamos” porque não assumirmos que podemos interagir com “aquele que conosco se investiga”... e nos pesquisa?

7. A educação como *pesquisa participante*

Finalmente, falando mais diretamente agora à pessoa-que-educa, trago uma última sequência de idéias revisitadas de escritos anteriores.

O que o ser humano pode fazer e criar com o seu conhecimento começa a ser, em nossa era, algo compreendido como de um alcance inacabável e inimaginável. Se houver tempo de vida humana no planeta Terra por séculos e por milênios ainda, este alcance poderá tomar a direção de uma compreensão de profunda harmonia entre todas as coisas – pessoas e sociedades humanas incluídas – e o Todo de que são parte. Este seria o caminho da realização do saber como plena humanização e de consagração da experiência humana como uma fecunda e assumida partilha do mistério da Vida.

O que o ser humano pode fazer com o bom uso de seu conhecimento é nada menos do que a construção do primado da compreensão, da solidariedade, da justiça, da igualdade e do seu desaguadouro: a partilha felicidade entre todas as pessoas e todos os povos da Terra.

Por menor e mais limitado que seja qualquer trabalho de interação entre pessoas através do saber e da atividade social que, como sentido e significado, ele deve orientar, um tal ofício do conhecimento não deve aspirar menos do que somar-se a todo o fluxo de estabelecimento do bem e da paz através, também, do saber da ciência.

É finito e perversamente provisório o que o ser humano pode criar e fazer quando o pensamento que poderia gerar o dom da partilha e a compreensão da paz, gera o poder, a cobiça e o primado da lógica do interesse instrumental e do mercado sobre a vocação de uma ética da comunicação amorosa entre pessoas e povos. Devemos crer nisto porque é muito difícil ser educador sem acreditar profundamente neste valor da vida e da ação social. Todo o saber gerador do mal que, após haver extinguido o direito humano à compreensão e à felicidade, pretenderá extinguir também as condições de reprodução da vida na Terra, precisa ter como contraparte uma vocação de pesquisa e de saber que seja o seu exato oposto.

Não há saber neutro, não há ciência neutra e não há pesquisa neutra. De perto ou de longe, direta ou indiretamente, elas são emancipatórias e realizam a vocação da experiência humana, ou conspiram contra ela. Numa direção e na

outra chegamos a um momento da historia humana em que, mais do que nunca, o lugar da ciência e o das tecnologias de ação social e de socialização da natureza são centrais e cruciais.

Mais do que em todas as épocas anteriores, nesta época de nosso tempo, pensada como a “era do conhecimento” ou a “era da consciência”, o lugar da educação é tão nuclear e crucial quanto o da ciência. Mais do que nunca somos e serão os outros o que fizermos conosco e entre eles através da educação que nos faz e a eles.

Assim, podemos pensar que a razão de ser da educação não é apenas o ato de capacitar instrumentalmente produtores humanos através da transferência de conhecimentos consagrados e em nome de habilidades aproveitáveis. Antes disto e para muito além disto, ela é o gesto de formar pessoas na inteireza de seu ser e de sua vocação de criar-se a si mesma e partilhar com outros a construção livre e responsável de seu próprio mundo social de vida cotidiana.

Destinada a pessoas humanas no singular e no plural e, não, ao mercado de bens e de serviços ou mesmo a um poder de Estado, a educação não é uma atividade provisória e antecipadamente calculável segundo princípios de uma utilidade instrumental. Uma utilidade instrumental cujo lugar de destino é apenas o trabalho produtivo, principalmente quando o exercício deste trabalho serve ao poder e aos interesses do mundo dos negócios.

A educação é uma experiência socialmente perene e pessoalmente permanente, de novo, no singular e no plural de cada um de seus sujeitos: pessoas e povos. Assim sendo, o seu sentido é mais o de recriar continuamente comunidades aprendentes geradoras de saberes e, de maneira crescente e sem limites, abertas ao diálogo e à intercomunicação. A educação não gera habilidades, ela cria conectividades, e o que há de instrumental e utilitário nelas é apenas a sua dimensão mais elementar. Um alicerce, um chão sobre o qual se pisa ao andar e acima do qual resta construir toda a casa do ser.

Ainda que represente uma escolha de saberes, de sentidos, de significados, de sensibilidades e de sociabilidades entre outras, a educação não pode pré-estabelecer de maneira restrita “modelos de pessoas”. Não pode pré-criar “padrões de sujeitos” como atores sociais antecipados e treinados para realizarem, individual e coletivamente, um estilo social de ser. Só é humano o que é imprevisível, e toda a educação que humaniza trabalha sobre as suas incertezas a respeito não tanto dos seus princípios, mas do destino daqueles a quem educa.

Considerada como uma prática social destinada a gerar interações de criação do saber através de aprendizagens onde o diálogo livre e solidário é a origem e o destino do que se vive e do que se aprende, a educação deve começar por tornar os educandos progressivamente co-autores dos fundamentos dos processos pedagógicos e da construção das finalidades do próprio aprender.

Pela mesma razão, a educação deve formar pessoas livres e criativas o bastante para se reconhecerem corresponsáveis pelas suas próprias escolhas.

Inclusive aquelas que, fruto do diálogo com os educadores, sejam diversas ou mesmo opostas às deles.

A razão de ser do ofício das ciências e, de maneira especial, das ciências da pessoa, da cultura e da sociedade (pedagogia incluída) não é estabelecer certezas irremovíveis e explicar dimensões da realidade através de leis e teorias inquestionáveis. Elas devem estar francamente abertas a campos conectivos, interativos e transformáveis de busca e de criação de significados.

Não cabe à ciência dizer o que há e como é o que existe segundo versões únicas e autoproclamadas como definitivas, mesmo quando aperfeiçoáveis. Cabe a ela estabelecer diálogos de fertilidade e complexidade crescentes entre nós e o que existe.

Entre nós e as diferentes formas e alternativas de compreensão do que existe. E entre nós mesmos - seres da natureza, da cultura e da sociedade - através dos múltiplos tipos de conhecimentos sobre o que existe e sobre aquilo que precariamente construímos para realizar uma entre as várias possíveis compreensões humanas do que existe. Do que existe e do que imaginamos, múltipla e diversamente, que existe dentro de nós, entre nós e entre nós e as várias dimensões da vida e do cosmos.

Qualquer que seja o campo preferencial em que opere, como a educação, por exemplo, nenhuma ciência é neutra ou “pura” em si mesma, vimos já. Aprofundemos esta desconfiança fecunda. Ela fala através de pessoas que são sujeitos de escolhas e de preferências. Pessoas e grupos de pessoas alter e auto-identificadas como atores culturais socialmente revestidos de algum poder de falar em seu nome, através dos princípios, processos e produtos de alguma de suas versões. Ela fala em nome de.

Portanto, fala sempre desde um lugar social como: uma confraria de especialistas, uma comunidade relativamente autônoma, o poder político de um estado, o mercado de bens ou a interação entre pelo menos dois destes lugares sociais de construção e de destino do saber.

Em sociedades regidas pela desigualdade, pelo arbítrio, e pelo controle ilegítimo da liberdade, a exclusão dos “outros que não nós” e a submissão do saber e do trabalho humano a fontes de poder e de interesse situados fora dos direitos essenciais da pessoa, não existe a possibilidade de uma ciência isenta e objetivamente neutra e imparcial.

Fazer-se ou pensar-se neutro em um tal mundo de vida cotidiana quase sempre significa tomar o partido daqueles que, por boa consciência ou por má fé, creem ou fazem com que se acredite que, entre o conhecimento científico e os direitos humanos à felicidade, há uma separação legítima. E que neste intervalo a ciência serve a si mesma e ao puro e desinteressado incremento do saber legítimo e consagrado.

As intenções e os usos do conhecimento transformado em interesse de posse ou em poder social, estão situados fora do âmbito do ofício do cientista e não lhe cabe decidir o destino de suas descobertas. Esta é a ilusão fundadora de algumas outras. Uma ciência de pesquisas críticas ao mesmo tempo em que

desvela dimensões da realidade, desvenda a falácia de uma tal suposta neutralidade do pensar científico.

Devemos reconhecer os vínculos de partilha ou de submissão da ciência e, em seu interior, da pesquisa científica, com respeito ao lugar social que a abriga. O círculo de cultura que define no todo ou em parte a sua vocação e que se apresenta como seu beneficiário exclusivo ou preferencial.

Devemos compreender que se o saber existe, é também ou essencialmente ele o que nos torna humanos. O saber, a emoção e a busca sem limites de sentidos e de significados para nós mesmos, para os mundos que criamos, para a vida e o universo, eis o que nos torna pessoas humanas e sempre mais humanizáveis, como seres do diálogo e da reciprocidade. Eis os termos em que o próprio conhecimento e todas as alternativas culturais de sua recriação, para além de critérios apenas epistemológicos, só fazem sentido quando representam alguma forma de trabalho dialógico e destinado ao compartilhar crescendos de compreensão da vida e da felicidade na vida.

Apenas por uma doença cultural do espírito, de que ainda não nos conseguimos curar e que de tempos em tempos, aqui e ali, parece ampliar o seu poder sobre nós, pode-se aceitar que o trabalho da pesquisa científica seja submetido a interesses em que a individualidade se perverte em individualismo e se apropria do conhecimento como uma forma de posse, de poder ou de prestígio de uma pessoa ou de uma confraria fechada.

Devolvidas a comunidades humanas regidas pelo direito à diferença, à escolha livre e à reciprocidade responsável, a ciência, a pesquisa e a educação aspiram serem plurais. Aspiram multiplicar atores e autores, ampliar cenários de circulação criativa do saber entre círculos do dom e da troca. O que é o exato oposto dos circuitos sociais do ganho, da posse e do poder. Aspiram a uma multiplicidade convergente das diferenças. E sonham tempos de novas integrações entre os diversos campos e domínios das ciências (as da natureza, da vida, da pessoa e da sociedade) e novas (ou a redescoberta das antigas) interações entre o saber científico e outras esferas de conhecimento e de sensibilidade. Esferas do saber como as das artes, das espiritualidades, da filosofia e das tradições populares. Aquelas que adiante nos esperam com o nome de “conhecimento do senso comum”.

As idéias aqui expostas partem de uma escolha. Eles pretendem ser um entre tantos aportes à criação de, e ao empoderamento das pequenas e múltiplas comunidades de pensamento crítico e de criação de conhecimentos compartilhados. Eles partem de que a investigação científica associada a alguma dimensão de trabalho do educador, deve servir em primeiro lugar à sua razão de ser propriamente pedagógica. Ela está no propiciar condições de um aprendizado mais complexo e ativo, mais participativo, mais crítico e mais criativo a um número crescente e aberto de todas as pessoas. Ela deve ser um instrumento a mais na difícil passagem do conhecimento consolidado que se acumula em direção ao saber que se aprende enquanto se vive a experiência de cria-lo em situações de diálogo.

Mas uma outra razão de ser da pesquisa na educação deve ser acrescentada à primeira. Ela é francamente social, no ser também pedagógica. Pois ela deve servir à multiplicação de equipes, de grupos, de comunidades sociais e de suas redes cada vez mais alargadas e abrangentes de pessoas reflexivas dentro, à volta e fora da escola. Unidades culturais de criação de saber responsáveis por pensar o seu mundo e agir sobre ele através do aprendizado que se vive quando se participa da construção social e solidária do que se pensa.

Vivemos um momento de redescoberta da reciprocidade, da formação de cooperativas de trabalho e de troca de bens. Vivemos um difícil tempo de fortalecimento e da dispersão dos movimentos sociais resistentes aos e contestadores ativos dos interesses do mercado e do poder do Estado a ele subordinado. Este deve ser o momento de nos perguntarmos se não estamos maduros o bastante para incorporarmos o saber, a ciência, a tecnologia e a educação a essas redes de vida comunitária cujos sujeitos e elos entre sujeitos são nada menos do que “nós mesmos” e do que sabemos ser quando criamos afetuosos e dialógicos espaços de ENTRE-NÓS.